

# Pobres querem debate na ONU sobre dívida

PARIS — Os representantes — não oficiais — de sete dos mais pobres países do planeta reunidos em Paris, paralelamente à conferência de cúpula dos sete mais ricos, solicitaram ontem à ONU que convoque uma conferência internacional para debater a anulação da dívida do Terceiro Mundo. Eles também querem proibição de empréstimos internacionais para a compra de armas, e o “estabelecimento de novas regras econômicas e financeiras internacionais, de acordo com a justiça social, a prudência ecológica e a promoção da dignidade humana”.

Em comunicado final, os delegados de Bangladesh, Brasil, Burkina Faso, Haiti, Filipinas, Moçambique e Zaire reiteraram, os pedidos formulados sábado aos países ricos por intermédio do Assessor Especial do Presidente François Mitterrand, Jacques Attali.

No documento entregue ao Grupo dos Sete (industrializados), os representantes dos subdesenvolvidos afirmam: “Negamo-nos a permitir aos

sete (ricos) o direito de falar em nome do mundo inteiro e decidir por toda a humanidade”. Em outro parágrafo dizem: “Desafiamos o direito das grandes nações de confiscar a mensagem da Revolução Francesa. Neste dia, quando se fala de liberdade, consideramos hipócrita falar de justiça e bem-estar enquanto o mundo mergulha na desigualdade”.

Os organizadores da reunião paralela disseram que haviam fracassado em sua tentativa de avistar-se com o Presidente Mitterrand, a quem criticaram pelos gastos com reunião dos ricos e com a apresentação dos luxuosos espetáculos por motivo do Bicentenário da Revolução Francesa.

A reunião de Cúpula Paralela realiza-se desde 1984, ao mesmo tempo que as da cúpula dos ricos. Entretanto, este ano, seus organizadores, entre os quais os delegados dos “verdes” franceses, denunciaram o “caráter provocador” da “conferência do cartel dos sete grandes, com poderes discricionários e planetários”, no momento exato da celebração do bicentenário da Revolução Francesa”.



Representantes dos pobres, um índio brasileiro à frente, expõem suas reivindicações aos países ricos e à ONU